

PREMISSAS BÁSICAS PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

João Ferreira de Oliveira – UFG
Karine Nunes de Moraes – UFG
Luiz Fernandes Dourado – UFG

A busca da garantia da democratização do acesso, da permanência e da gestão se articula, inexoravelmente, à defesa de um parâmetro mínimo de qualidade permeado pelo estabelecimento de novas interlocuções com a sociedade civil organizada.

A articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola, a discussão sobre a formação de licenciados, a criação de espaços e mecanismos de participação e exercício democrático das relações de poder colocam-se como prerrogativas fundamentais para a problematização da escola que temos e para a sinalização da escola que queremos. A luta pela qualidade social, por outro lado, não pode estar descolada de lutas mais amplas pela equidade social, num país margeado por desigualdades sociais tão gritantes. Portanto, pensar a democratização da escola implica lutar pela democratização da sociedade da qual essa faz parte e é parte constitutiva e constituinte. Nesta ótica, consideramos de extrema importância discutir algumas premissas acerca da democratização da Escola e, particularmente, da Gestão. Entendemos, nessa perspectiva, que a discussão sobre esse processo implica o estabelecimento de uma agenda básica de compromissos entre os vários interlocutores.



Nesse sentido, destacamos a necessidade de:

- 1) Relativizar o papel da escola, por meio da problematização da relação entre sociedade e escola, situando esta última como agência contraditória e, portanto, como espaço de reprodução e resistência às relações sociais. Tal constatação nos coloca diante do desafio de compreender as práticas educativas como práticas sociais que se efetivam enquanto campo social de disputa hegemônica (FRIGOTTO, 1995, p.25-58).
- 2) Recuperar na escola, enquanto local de trabalho, o trabalho docente, mediante distinção entre este e o "regente". Por trabalho docente entende-se o processo através do qual educador e educando percebem, compreendem e explicam o contexto sócio-político em que vivem, por meio de duas categorias chaves: a) globalidade, porque o trabalho docente se situa no interior da escola, que por sua vez não é autônoma, mas deve ser percebida e analisada no contexto em que se insere;



e b) dinamicidade, porque a ação do professor se desenvolve nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a "comunidade".

Sob esse ponto de vista, o dirigente escolar deve ser o professor e deve alicerçar a sua prática na articulação de um projeto político pedagógico respaldado pelo aprendizado do jogo democrático através da efetivação de canais de participação e do estabelecimento de órgãos colegiados. Nessa ótica, vincula-se a organização do trabalho pedagógico à implementação de canais de democratização das relações intra e extra-escolares, visando romper com a fragmentação da prática pedagógica. Assim, entende-se que

a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p. 18)

3) Problematizar as formas de provimento ao cargo de dirigente e a função do diretor na escola. Entendemos, sob esse ângulo, que a forma de provimento ao cargo de diretor não define o exercício, mas interfere no curso da gestão. Logo, é preciso aperfeiçoar ou criar novos mecanismos de participação na escola, pois: a) a democratização do poder é fundamental, mas é insuficiente – o poder deve ser entendido como exercício; b) o processo de provimento ao cargo de diretor – a eleição, por exemplo – não pode reduzir-se à mera delegação de poderes ou à dimensão política do voto; e c) a rediscussão de novas perspectivas pedagógicas deve avaliar velhas questões: ingerência política, corporativismo, concepção de gestão e gerência (especificidade), avaliação, autonomia e financiamento.

4) Criar e consolidar novos mecanismos de democratização: a) importância política e limitações do conselho escola/comunidade: o conselho não deve ser visto como um apêndice do executivo e muito menos a sua constituição deve ser entendida como mecanismo de desobrigação do poder público; b) a construção de um projeto político pedagógico da escola é imprescindível para o estabelecimento de suas premissas de atuação, objetivos e propostas, pois a sua construção implica aprendizado do jogo democrático entre os vários interlocutores da escola (professores, grêmios, conselho, funcionários etc.). Trata-se de uma luta política e, portanto, deve envolver todos os segmentos na busca da ruptura com a cultura autoritária da escola.

5) Rediscutir a organização do trabalho no interior da escola para além das bandeiras corporativas e funcionais: mecanismos de contratação coletiva, hora-atividade, pesquisa, identidade profissional etc.

6) Rediscutir a autonomia e o papel dos movimentos no interior da escola: a) sindical; b) estudantis-grêmios livres; c) funcionários; d) pais, na medida que entendemos que a efetiva participação não se decreta.

7) Criar mecanismos de avaliação do projeto político-pedagógico, envolvendo avaliação docente, discente e institucional por meio da definição do parâmetro de qualidade (para quem e para quê) da escola cidadã.

8) Criar e garantir canais de democratização das informações entre todos os segmentos envolvidos.

9) Lutar pela autonomia financeira da escola.

10) Estabelecer canais de articulação com outras esferas (poder público, ONGs, empresas, igrejas...).

(DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. // FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998. p. 90-2).

